

/artigos

# A Missão Do Filósofo: concepções de filosofia na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná

**Roberta Rizzo Dittrich Vieira**

*Universidade Federal do Paraná*

*<https://orcid.org/0009-0003-7233-7761>*

*robertarizzod31@gmail.com*

**Resumo:** Analisamos os usos do conceito de filosofia pelos intelectuais envolvidos na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938. O conceito estava em disputa por dois grupos: os médicos, engenheiros e advogados envolvidos na criação da Universidade do Paraná, em 1912, e os católicos reunidos no Círculo de Estudos Bandeirante, desde 1929. Enquanto os primeiros defendiam a técnica como meio de modernização do Estado, e argumentavam que a filosofia e a teologia estavam ultrapassadas, os católicos acreditavam que o filósofo seria um agente privilegiado na organização da cultura nacional.

**Palavras-Chave:** intelectuais, UFPR, Faculdade de Filosofia, Filosofia Brasileira

---

## **Introdução**

Neste artigo exploramos alguns aspectos das concepções de filosofia presentes nos projetos dos intelectuais envolvidos na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) do Paraná, em 1938. Analisamos dois grupos principais que disputavam o conceito: os fundadores da Universidade do Paraná (UP), em 1912, e a intelectualidade católica reunida, majoritariamente, no Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB).

Identificamos que o conceito de filosofia foi utilizado pela intelectualidade católica curitibana em contraposição ao cientificismo do grupo da UP. Os católicos defendiam que a articulação de uma elite, capaz de atuar como dirigente cultural em Curitiba, seria possível a partir de uma formação baseada nos princípios da filosofia católica. Os intelectuais da UP, em contrapartida, pretendiam formar quadros técnicos, produtores de discurso científico, em direta oposição à formação humanista proposta pelos católicos.

Ambos os grupos, contudo, tinham como seu principal objetivo a formação de indivíduos capazes de conduzir a nação rumo à modernidade. Para os católicos, isso significava organizar a sociedade de acordo com a moral católica e garantir a primazia da Igreja enquanto instituição organizadora da cultura nacional. Os intelectuais da UP desejavam capacitar especialistas capazes de lidar com a burocracia do Estado, em função de uma sociedade racional.

O conceito de intelectual é objeto de muitas pesquisas recentes nas ciências humanas. O significado da palavra esteve associado, na historiografia, ao movimento de agentes reconhecidos na esfera cultural que se movimentaram em direção ao campo político. Segundo Edgar Morin (1986), quando os filósofos descem de sua torre de marfim ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar ideias que têm valores cívicos, sociais ou políticos, eles

se tornam intelectuais. Nesse sentido, ambos os grupos mencionados se enquadram nessa definição do conceito.

A análise da atuação dos grupos envolvidos na fundação da FFCL a partir dessa perspectiva, produz resultados ricos a respeito da articulação de suas identidades coletivas. Ao desenvolverem projetos para a criação de uma instituição de ensino superior em Curitiba, eles reivindicaram para si o papel de organizadores da cultura brasileira e desenvolveram mecanismo de legitimação de seus respectivos discursos.

Nesse artigo, investigamos o papel destinado ao filósofo e à filosofia no projeto do grupo católico. Os filósofos formariam uma classe de homens capazes de dirigir culturalmente e moralmente a população brasileira rumo à modernidade. O seu conhecimento sobre a metafísica católica possibilitaria que eles articulassem a fé cristã com a modernização da sociedade, em contraposição ao modelo do cientista proposto pelo grupo da UP.

A experiência da formação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) já foi analisada detalhadamente em diversos trabalhos. Entre eles, citamos as obras de Ruy Wachowicz (1983), Cecília Westphalen (1987; 1986) e Névio de Campos (2009). Segundo esses autores, a história desta instituição pode ser dividida em quatro momentos: o projeto e a institucionalização da Universidade do Paraná (UP) em 1912, a organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1938, a unificação da UP e da FFCL, em 1946, e sua federalização em 1950.

Para o grupo associado à fundação da UP, a formação técnico-profissional foi considerada a única função da Universidade. Eles criaram as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Não existiu pretensão de estabelecer as faculdades de Letras, Filosofia ou de Formação de Professores.

O modelo confessional católico foi a principal inspiração para o grupo fundador da FFCL no Paraná (Névio, 2008, p. 20-21). A nova proposta buscava aproximar os interesses da ciência com os princípios da metafísica católica. Para eles, a filosofia era considerada portadora da totalidade do conhecimento provido por

Deus. As premissas da filosofia católica, portanto, eram inquestionáveis e universais. A FFCL estava comprometida com essa cosmovisão. Essa instituição deveria preconizar a formação de professores para o ensino secundário, assim como a educação humanista, com o objetivo de difundir e legitimar a fé católica.

O núcleo do debate em torno do conceito de filosofia, no momento da fundação da FFCL, era a disputa entre as concepções de filosofia e ciência. Para os católicos, a ciência dependia dos pressupostos da metafísica católica. Enquanto, o grupo da UP, acreditava que a ciência só avançaria de forma acelerada quando os debates metafísicos, travados pela filosofia e teologia, fossem superados.

### **Filosofias em disputa**

O grupo responsável pela criação da UP foi coordenado por Nilo Cairo e Victor Ferreira do Amaral (Névio, 2008, p. 76). Wachowicz (1983) defende que a UP representou uma experiência pioneira no país, baseada nos princípios da liberdade de ensino.

A liberdade de ensino serviu como suporte ideológico para a fundação da Universidade de São Paulo (1911), Universidade do Paraná (1912) e Universidade de Manaus (1913). Estas universidades foram criadas no contexto da Reforma Rivadávia Corrêa, que estimulou a iniciativa privada no âmbito do ensino no país. Esse modelo não prosperou visto que a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, retomou à esfera do governo federal a prerrogativa da organização do ensino superior no país.

Segundo Barros (1986, p. 298), a liberdade de ensino era uma aspiração geral, comum aos projetos universitários da época, desde que não se precisasse o seu sentido. A ideia de ensino livre, de origem alemã, era entendida como liberdade do professor para ensinar e do aluno para organizar seu plano de estudos e escolher o mestre de sua preferência. Os defensores do ensino livre combinaram o

empreendimento privado e o financiamento público, bem como adotaram a autonomia e a responsabilidade comunitária na organização da Universidade.

Os fundadores da UP não defendiam o ensino superior livre sem a fiscalização do Estado (Campos, 2008, p. 91-94), mas acreditavam que a liberdade científica era condição para que a Universidade cumprisse o seu papel no processo de construção de uma nação moderna. Para eles, o monopólio do Estado sobre o ensino superior simbolizava um obstáculo ao progresso.

Segundo Campos, “a UP constituiu o espaço que institucionalizou o discurso dos especialistas” (2008, p. 73). Os discursos do médico e do engenheiro assumiram a força de verdade entre a elite curitibana. Os idealizadores da UP visavam consolidar a ideia de que “o cenário cultural curitibano reconhecia a missão civilizatória do profissional liberal” (2008, p. 73), eles representavam o progresso material e cultural.

Como mencionado, o grupo não chegou a discutir sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, nem mesmo sobre a criação de cursos de química, física, biologia – as ditas “ciências puras”. Não havia qualquer interesse em desenvolver uma ciência desinteressada. A universidade deveria contemplar apenas os saberes que exerciam função social imediata (Campos, 2008, p. 112). Era a missão da ciência garantir o progresso do Estado, conseqüentemente, o conhecimento científico deveria se preocupar com os problemas práticos do progresso material e moral da humanidade. A ciência representava o novo *ethos* societário idealizado pelo grupo.

A sociedade ideal era aquela em que as questões políticas, culturais e sociais eram pautadas por essa intelectualidade, devidamente capacitada pela formação científica. Em suma, a definição de um discurso científico legitimado por uma instituição estatal era o meio para efetivarem seu projeto de modernidade. Ou seja, o projeto de uma nação regimentada pela lógica científica e um Estado burocrático.

O que faltava no Brasil, na concepção desses intelectuais, era uma elite culta capaz de definir um conceito de nação e uma identidade brasileira. Sua missão seria estimular, no povo brasileiro, o sentimento de pertencimento nacional. Esse discurso nacionalista era apresentado como um discurso científico e, portanto, verdadeiro

(Campos, 2008, p. 125). A civilização moderna seria aquela cujo projeto e identidade houvesse sido construído por uma intelectualidade capaz de sistematizá-los racionalmente.

Para os fundadores da UP, o progresso material e cultural adivinha do desenvolvimento científico, portanto não havia mais necessidade da Teologia ou da Metafísica. A conduta humana seria determinada pelos princípios da razão. Nesse sentido, a rejeição da filosofia e da religião não se tratava apenas de cientificismo, mas da busca por uma nova organização da sociedade brasileira (Campos, 2008, p. 78; 112). A racionalidade deveria orientar o funcionamento de todas as esferas da sociedade.

Por sua vez, o grupo católico desenvolveu o seu projeto de formação da juventude em oposição direta à concepção de filosofia e teologia do grupo da UP. Os católicos não negavam a importância da ciência, mas ela não representava um fim em si mesma, uma vez que necessitava de um aporte metafísico. A Faculdade de Filosofia foi pensada para fundamentar teoricamente os conhecimentos técnicos desenvolvidos nos cursos da UP.

O processo de constituição da FFCL, em 1938, foi resultado da articulação entre professores da UP e intelectuais católicos paranaenses. A iniciativa foi coordenada por Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paulo Soares e Homero de Melo Braga (Westphalen, 1987, p. 7). Mota era docente de Ciências Jurídicas na UP, enquanto os outros dois eram da área da medicina. Nenhum deles era membro do laicato católico, contudo, segundo Campos (2008, p. 149), a criação da FFCL no Paraná deve ser considerada produto da ação da intelectualidade católica, devido ao papel que destinavam às humanidades em seu projeto de formação da intelectualidade curitibana.

Não foram apenas os católicos que defenderam a importância da formação filosófica no Paraná. Dário Velloso, por exemplo, que em seus discursos chegou a dizer que a doutrina católica estava ultrapassada, manifestou-se publicamente em

defesa do conhecimento humanístico. O que particularizou a ação dos católicos foi sua atuação no processo de institucionalização da disciplina.

A organização do grupo católico para divulgar mais incisivamente a sua doutrina entre os paranaenses se iniciou em 1892, com a criação da diocese de Curitiba (Campos, 2008, p. 133). A criação da instituição foi uma estratégia da Igreja Católica para combater os movimentos considerados anticlericais/heréticos que se multiplicaram no fim do século XIX.

Após a promulgação da República, iniciou-se o debate sobre a secularização do Estado. Na perspectiva do clero, houve um distanciamento entre a Igreja e os fiéis neste período. Segundo Bosi (2002, p. 25), o poder das ordens católicas foi restringido após o fim do período colonial, cujos integrantes passaram a atuar majoritariamente como educadores dos jovens provenientes de famílias abastadas. Desse modo, a partir da instauração da República, a igreja articulou-se com o objetivo de garantir sua presença nas diversas esferas políticas e culturais da sociedade.

Frente a isso, a Igreja mapeou algumas estratégias para recuperar o poder que acreditava ter perdido. Entre elas estava a “formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral do episcopado” (Dias, 1993, p. 2). Os católicos queriam organizar grupos de intelectuais capazes de sistematizar e defender a metafísica católica, o que os levou a criarem projetos educacionais e instituições, como revistas, editoras e escolas para disseminar e incentivar o desenvolvimento de sua doutrina.

A reação da Igreja Católica à laicização do Estado assumiu um papel decisivo em 1920 (Campos, 2008, p. 136). A igreja necessitava se organizar internamente e criar um clero comprometido com a disseminação da doutrina católica oficial. No Paraná, o grupo de intelectuais católicos envolvido na fundação da FFCL, começou a se desenhar em 1926, com a criação da União dos Moços Católicos de Curitiba e um número de veículos da imprensa Católica.

O Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) foi criado em março de 1929 e constituiu o principal centro de formação filosófica da juventude paranaense na década de 1930. Sua missão era promover os estudos filosóficos, científicos, literários e religiosos desenvolvidos pelos membros da instituição religiosa.

Os tópicos de discussão eram vastos: história, geografia, ciências sociais, medicina, matemática, química, física, literatura, e, é claro, Filosofia, Teologia e Religião (Campos, 2008, p. 142). Os católicos compreendiam que havia uma hierarquia entre estes conhecimentos. O conhecimento científico era importante, mas ele deveria pressupor as concepções antropológicas, filosóficas e metafísicas do ser humano.

Para o grupo, o conhecimento humanístico era pautado pela verdade divina que poderia ser sistematizada em uma teoria única e totalizante do conhecimento baseada na metafísica católica. Nesse sentido, os católicos paranaenses se apropriaram da máxima neotomista que postulava a necessidade da filosofia católica para a compreensão do papel das ciências modernas. A formação científica não podia prescindir da formação filosófica, como desejavam os intelectuais do grupo de 1912, uma vez que ela seria incompleta por não levar em consideração os pressupostos da doutrina católica.

O professor da Faculdade de Direito da UP, Manuel Lacerda Pinto, membro do CEB, em um discurso aos formandos do Colégio Santa Maria, defende o saber filosófico e incentiva a plateia a “buscar uma cultura geral, explicando-vos toda ciência, cultivada à parte não só não se basta senão que oferece perigos que todos os homens de senso têm reconhecido” (Diretrizes, 1944, p. 26). Com isso, queria dizer que buscassem, na filosofia, sua formação completa, pois a ciência por si só não compreende a totalidade da existência. O professor alinha-se à tese defendida pelo grupo católico ao priorizar a formação humanística às profissões utilitárias e especializadas, como era a praxe entre o grupo de 1912.

No período entre 1935-1936 foi realizado o primeiro curso de filosofia para os integrantes do CEB, coordenado pelo Padre Jesus Ballarin, que depois se tornou

professor da FFCL. Em seu curso, ele defendeu a doutrina neotomista, enfatizando a importância da elaboração de visão de mundo que preconizasse a união de todos os saberes em uma única teoria global.

As principais referências neotomistas dos integrantes do CEB eram o Cardeal Mercier e Jacques Maritain (Campos, 2008, p. 145). O curso de Ballarin pretendia proporcionar uma compreensão ampla da filosofia tomista que se opunha à filosofia moderna (ao positivismo, ao empirismo, racionalismo, agnosticismo, marxismo, historicismo). Ou seja, às grandes teorias estruturalistas que buscavam explicar a organização da sociedade por princípios seculares. Para Ballarin, a filosofia moderna “separa a filosofia da teologia” (Revista do Círculo..., set. 1939, p. 32), a Filosofia da Ciência e a verdade da realidade. Ballarin acreditava que a filosofia moderna criou uma falsa verdade ao rejeitar a explicação teísta da existência. Segundo Touraine, a filosofia moderna substituiu a idéia de Sujeito e a de Deus à qual ela se prendia. Nem a sociedade, nem a história, nem a vida individual, dizem os modernistas, estão submetidas à vontade de um ser supremo a qual devem aceitar ou sobre a qual se pode agir pela magia. O indivíduo só está submetido às leis naturais (Touraine, 2002, p. 20).

Para os católicos a verdade dependia da teologia, não havia a possibilidade de a ciência produzir a verdade independentemente da filosofia católica, como pretendia a ciência moderna. Não existia, contudo, uma real dicotomia entre ciência e religião para os católicos. A ciência deveria se ocupar dos fenômenos terrenos observáveis, enquanto a filosofia e a teologia deveriam articular este conhecimento às premissas irrefutáveis da metafísica católica neotomista.

Para os católicos, os pensadores modernos, e aqui estão inclusos os membros fundadores da UP, confundiam a ciência com o cientismo (Campos, 2008, p. 161). O cientismo, segundo os católicos, transforma a ciência em imperativo para a moral, sociedade, psicologia e pedagogia. A ciência deveria ser um discurso explicativo dos fenômenos, ela não teria as condições para prescrever imperativos morais. Esse seria o domínio da doutrina católica.

Segundo Ballarin, os sistemas estruturados pela ciência moderna eram incompletos uma vez que “ficavam expostas as verdades fundamentais que se esteia a vida intelectual e social, moral e religiosa da humanidade” (Revista do Círculo..., p. 33-34, set. 1939). Apenas a filosofia de Tomás de Aquino havia sido capaz de atribuir “a estabilidade de suas primeiras teorias e afirmações, encontrando-se por isso, de presente, suficientemente sólida para servir de base e princípio de unidade aos resultados obtidos pelas ciências modernas” (Revista do Círculo, p. 36-37, set. 1939).

Ballarin acreditava que a filosofia católica representava a verdadeira busca pelo conhecimento desinteressado. A verdade, sistematizada pela escolástica, expressava a compreensão da sociedade pela racionalidade estabelecida por Deus. A ciência dava explicações sobre este mundo e por isso era importante, mas a filosofia estabelecia a harmonia entre as afirmações da ciência e a concepção teísta do mundo.

Os católicos, em sua concepção, não se manifestaram contra a ciência, mas contra o cientismo. Ballarin foi enfático ao dizer: “amai a ciência, mas evitai ainda o ‘fetichismo’ da ciência que professou o cientismo” (Anuário da Faculdade..., 1940/1941, p. 51). Se para o pensamento moderno a ciência era a expressão última da razão humana, para o católico era a representação elementar do entendimento do homem.

Os católicos, portanto, objetivavam superar a dicotomia imposta pela filosofia moderna entre filosofia e ciência e construir uma visão de mundo unitária que contextualizava o progresso material proporcionado pela inovação científica nos saberes humanísticos universais.

Foi a partir dessa disputa relativa ao papel da filosofia e da ciência na formação da juventude paranaense que se iniciou a discussão em torno da inclusão da filosofia como base da formação universitária no Estado.

Como mencionado, não houve debates significativos entre os intelectuais vinculados à criação da UP sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia. O que os motivou a mudar de ideia (Campos, 2008, p. 151) e apoiar a criação da FFCL foi a

exigência, naquele contexto, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para restaurar a UP, que havia sido desmembrada em 1918.

O envolvimento dos dois grupos na fundação da FFCL tinha como premissa estabelecer a convivência entre a tradição, representada pelos católicos, e a inovação, representada pelos intelectuais da UP. Sua união representou a tentativa de garantir a efetividade dos projetos políticos defendidos por ambos. Os católicos continuavam influenciando a formação da intelectualidade curitibana, por meio do ensino das humanidades, enquanto os intelectuais da UP continuavam formando médicos, engenheiros, advogados e quadros técnicos para operar a burocracia do Estado.

Assim, os membros do CEB foram convidados para organizar os programas da nova instituição, uma vez que eles já debatiam a organização das disciplinas de humanidade para a formação da intelectualidade desde 1929. Na reunião de criação da FFCL estavam presentes, além dos professores da UP, membros do grupo Católico como Loureiro Fernandes, Homero de Barros e o Pe. Jesus Ballarin.

A instituição, fruto da união dos dois grupos motivados por seus interesses particulares, representou a garantia da manutenção da tradição e da influência católicas entre os jovens e a aceitação da inovação material advinha do desenvolvimento científico. A faculdade de filosofia deveria exercer a função organizativa da universidade, pois ela representava a visão da totalidade do conhecimento humano (Anuário da faculdade, 1940/1941, p. 5). Os cursos disponibilizados pela FFCL vieram a ser o complemento dos demais cursos superiores oferecidos pela UP.

Havia uma diferença significativa entre a proposta da FFCL paranaense e as outras experiências brasileiras relativas à inserção das disciplinas humanísticas e ciências puras nos projetos universitários. Dentre elas, citamos a Universidade de São Paulo (USP) - criada em 1934, pelo grupo de intelectuais que se articulava em torno do jornal O Estado de São Paulo, liderado por Fernando de Azevedo - e a Universidade do Distrito Federal (UDF) - criada em 1937, por Anísio Teixeira.

Os projetos das USP e a UDF se informaram a partir da concepção de universidade descrita no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova redigido pelos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 (Mendonça, 2002, p. 138). Os intelectuais que compunham o grupo defendiam uma reforma geral na educação (incluindo sua estrutura, currículo, etc) e a criação de “verdadeiras universidades”.

A universidade é concebida por estes intelectuais em sua tríplice função de criadora de ciências, docente ou transmissora de conhecimentos e de vulgarizadora ou popularizadora (Azevedo, 1958, p. 74-75). A pesquisa seria o “sistema nervoso da Universidade” (Azevedo, 1958, p. 75) e se ocuparia do “estudo científico dos grandes problemas nacionais”. Nestas instituições seriam formados os cientistas, filósofos, técnicos e educadores do país.

Ambos os projetos se preocuparam com o papel que a Faculdade de Filosofia viria a desempenhar. Assim como os católicos do Paraná, eles caracterizavam a filosofia como sendo a busca pela verdade, contudo sem estar vinculada a um pressuposto metafísico teológico. Os filósofos deveriam questionar os pressupostos e resultados da ciência. Eles entendiam que a disciplina estabeleceria as condições necessárias para pensar as demais áreas do conhecimento.

Na concepção de Teixeira e Azevedo, a filosofia representava o ápice da formação do acadêmico. Ou seja, para os dois grupos a filosofia visava estabelecer uma visão unitária da cultura. Segundo Ana W. Mendonça (2002, p. 103), Anísio Teixeira indicava que a filosofia objetivava “compreender os aspectos da vida e do mundo em um todo único, para dar sobre a experiência humana, em sua totalidade, uma visão tão completa e coerente quanto possível”. Segundo Jean Mauge, professor de filosofia da USP, o esforço da reflexão filosófica exige a existência de uma cultura vasta e precisa de um sistema de pensamento (Mauge, 1955, p. 645).

No projeto universitário anisiano, a base formativa estava na ciência moderna, mas a filosofia representava o aperfeiçoamento da formação do acadêmico (Mendonça, 2002, p. 139). No caso da USP, segundo Scharzman (2003, p. 171), esperava-se que a Faculdade de Filosofia impactasse favoravelmente as demais,

modificando o espírito tradicional e bacharelesco e atuando como eixo unificador da universidade.

Existia, portanto, uma outra tarefa atribuída à filosofia que aproximava os projetos da UP, da FFCL do Paraná, da USP e da UDF: a missão civilizatória. Todos estes intelectuais atribuíam à Universidade um lugar de destaque em seus projetos de nação. Eles se posicionaram como demiurgos do processo de organização nacional, a eles foi atribuída a função de guia da nação. Eles seriam os responsáveis pela educação da juventude e a criação de uma elite ilustrada no país.

Os intelectuais da UP, segundo Campos, “ao afirmarem-se detentores das idéias de modernidade postulavam a si mesmos a missão de trazer o progresso e a civilização aos povos atrasados” (2008, p. 30). Segundo Victor Amaral,

nada temos de nos envergonhar de nosso estado de civilização: muito temos avançado nas conquistas do progresso. O que nos falta, o que necessitamos é ter mais amor próprio nacional, mais civismo, mais consciência de nossas energias, mais confiança em nossos destinos de povo ávido de progresso e susceptível de assimilar com facilidade os primores da civilização (Relatório..., 1914, p. 205).

Os Pioneiros da Educação Nova também pautavam o seu projeto no objetivo de desenvolver culturalmente a nação, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (Manifesto..., 1932, p. 1).

Os intelectuais católicos acreditavam estar formando a juventude nas bases culturais ministras do progresso e apóstolas da verdade. Segundo o professor Catedrático de História do Brasil, na FFCL do Paraná, Brasil, Pinheiro Machado, (Anuário da Faculdade 1940/1941, p.41) a sólida formação moral e intelectual da juventude curitibana estava fundamentada na formação filosófica, pois somente a formação científica dos intelectuais não seria capaz de torná-los aptos a exercer a

missão de conduzir o Brasil ao progresso e à civilização. Consequentemente, os futuros dirigentes da nação deveriam ser educados a partir da filosofia católica.

Segundo Campos (2008, p. 174), os dirigentes católicos se consideravam os verdadeiros preconizadores da modernização do Brasil. Para os católicos, os intelectuais envolvidos com a UP não portavam um projeto de modernização. Faltava-lhes a base formativa que só poderia ser disponibilizada pela filosofia. Ambos os grupos concordavam que a missão da universidade era formar uma elite intelectual condutora da nação, mas, os católicos, uma vez que não achavam que as ciências sozinhas seriam capazes de providenciar uma base moral, não acreditavam na ambição civilizatória dos intelectuais da UP.

Segundo Pinheiro Machado, apenas as Faculdades de Filosofia poderiam desempenhar essa função porque “só elas têm contextura própria, o tratamento desinteressado de aplicação imediata, das grandes questões do espírito humano, que é onde se filiam a criação e a aplicação da técnica” (Anuário da Faculdade..., 1940/1941, p. 43).

Na concepção de José Loureiro Fernandes, as faculdades de Filosofia “tornar-se-ão, incontestavelmente, poderosos agentes da nossa unidade ao promover o instituto comum da brasilidade e a universalização do sentimento nacional” (Anuário da Faculdade..., 1943, p. 67). Na FFCL, seriam formados os químicos, matemáticos, biólogos e a “maravilhosa cúpula do edifício, os filósofos, pensadores tranqüilos, imersos em insondáveis abstrações, e, todavia, os mais ativos reformadores na história dos povos” (Anuário da Faculdade..., 1943, p. 67).

Percebemos que todos esses projetos atribuíam à Universidade, e principalmente à filosofia, no caso dos católicos e dos escolanovistas, o papel de organizadora e sistematizadora do conhecimento em função de seus projetos políticos.

A unificação da UP, constituída pelas Faculdades de Direito, de Engenharia, de Medicina e escolas anexas de Farmácia e Odontologia, e da FFCL ocorreu em 1946. O grupo católico se movimentou para incluir a disciplina Introdução Especial

à Filosofia em todos os cursos, o que ocorreu neste mesmo ano, em função do princípio de uma educação comum e unitária. Embora, entre o grupo das faculdades técnicas, ainda persistisse uma concepção fragmentária do conhecimento (Campos, 2008, p. 210).

Na aula inaugural de Homero Batista de Barros, professor de História da Antiguidade e Idade Média, na FFCL, o intelectual proclama suas conclusões sobre o projeto universitário paranaense,

Temos imenso júbilo em assistir à afluência de jovens intelectuais aos cursos que ora se iniciam nesta Faculdade de Filosofia. O Paraná está vivendo dias festivos dos seus valores, dos seus talentos e das suas inteligências, segura confiança dum futuro de sólidas conquistas no terreno cultural... A universidade só atingirá seu objetivo se não se limitar apenas à obra de erudição e cultura, mas se desempenhar realmente a grande missão de orientação espiritual, acumulando as reservas de resistência das novas gerações (Anuário da Universidade..., 1946/1947, p. 40-46).

A despeito de suas disputas, ambos os grupos concordaram, no momento da unificação das faculdades, que era preciso formar uma elite intelectual no Paraná, pois o Estado precisava de dirigentes políticos capazes de conduzir os projetos nacionais. Seria o papel da Universidade a formação de uma elite cuja intervenção na sociedade seria legitimada pelo seu licenciamento no ensino superior.

## **Conclusão**

A disputa em torno do conceito de filosofia ocorreu a partir da distinção entre filosofia e ciência. Para os católicos, a filosofia deveria controlar as investidas desenfreadas das ciências, porque somente ela era portadora da visão de universalidade. Para o grupo da UP, a ciência só avançaria se superasse os debates

metafísicos e teológicos. O progresso chegaria pelo desenvolvimento da ciência aplicada aos problemas sociais imediatos.

Os projetos universitários organizados por esses intelectuais se aproximavam à medida que postulavam a formação de uma elite intelectual capaz de conduzir a nação. Para o grupo de 1912, os especialistas, ou seja, os “homens da ciência”, tinham que ocupar os espaços de direção do Estado a fim de promover a modernização do Paraná, bem como sustentar o papel missionário do saber técnico-científico. Os integrantes da FFCL afirmavam que a renovação cultural do Paraná deveria ser coordenada pela elite intelectual católica. Nesse aspecto, tais intelectuais se denominavam portadores do projeto cultural do Brasil, ou melhor, punham-se como arautos da modernização do Estado, pois diziam que tinham o dever de realizar o projeto que o grupo de 1912 não conseguiu efetivar.

A missão de condutor da nação foi atribuída particularmente à Faculdade de Filosofia pelo grupo católico. Uma vez que, apenas o intelectual formado na concepção unitária do conhecimento, preconizado na filosofia neotomista, seria capaz de articular todas as áreas do conhecimento e coordenar o projeto de nação desse grupo. Isso é, um projeto de nação em que a doutrina católica atribuiria a cultura à sua “unidade cultural”, conferindo à Igreja Católica a influência na cultura e na política que motivou seus projetos educativos desde o início do século XX.

\* \* \*

### **Fontes**

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Curitiba, 1940-1943.

ANUÁRIO da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946-1951.

DIRETRIZES à juventude (orações de paraninfos). Curitiba, 1944.

ESTATUTO da Universidade do Paraná. Curitiba, 1914/1946.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. São Paulo 1932.

REVISTA ACADÊMICA. Curitiba, 1917-1919. Centro Acadêmico do Paraná.

REVISTA DO CÍRCULO de Estudos Bandeirantes, Curitiba, set., 1939.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A educação na Encruzilhada. Problemas e Discussões**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BALHANA, C. A. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BEOZZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano: a economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DIAS, R. **A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935)**. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 1993.

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: UFPR, 2008.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia S. (Org.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2000, n. 14, pp. 131-194.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1974.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SHWARTZMAN, D. **Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia e Centros de Estudos Estratégicos**, 2001.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1983.

CADERNOS PET FILOSOFIA

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná – 50 anos.** Curitiba: SBPH-PR, 1988.

Recebido 07/05/2025

Aprovado

15/09/2025

Licença CC BY-NC 4.0

